

UM JOGO DECISIVO, MAS QUE NÃO TERMINA: A DISPUTA PELO SENTIDO DA CIDADE NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

GILMAR MASCARENHAS¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

gilmasc2001@yahoo.com.br

RESUMO

Considerando a possibilidade de reconhecer o estádio de futebol como espaço-tempo da cidade, examinamos as transformações nele em curso – privatização, elitização e aumento do controle sobre os corpos – no contexto da produção do urbano capitalista contemporâneo. Para garantir a plena realização da mercadoria, um crescente aparato normativo visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares em favor de comportamentos voltados para o consumo passivo. O novo estádio surge como um território onde se disputa o sentido da cidade, acolhendo o processo de espetacularização e a crescente imposição do valor de troca sobre o valor de uso nos espaços de sociabilidade, mas expressando também indícios de resistência do torcedor.

PALAVRAS-CHAVE: Estádio de futebol. Mercadificação. Território. Conflito. Controle social.

A DECISIVE, BUT NON-ENDING GAME: THE DISPUTE FOR THE CITY'S SENSE ON SOCCER STADIUMS

ABSTRACT

Considering the possibility of recognizing a soccer stadium as a city's time-space, we examine its undergoing transformations, such as privatization, elitization, as well as an increased control over various bodies, within the contemporary urban capitalist

¹ Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

production context. In order to ensure total fulfillment of the proposed merchandise, a rising normative apparatus aims to eliminate, or rather, subjugate popular uses and practices, in favor of behaviors geared towards passive consumption. The new stadium turns up as an area where the sense of the city is disputed, through the process of spectacularization and the growing imposition of exchange value over the value of use in social spaces, though also displaying signs of resistance from football fandom.

KEYWORDS: Soccer stadium. Commodification. Territory. Conflict. Social control.

INTRODUÇÃO

Portanto, é claro que é triste: as torcidas de futebol talvez ainda sejam capazes de criar um novo ambiente que seja eletrizante, mas jamais poderão recriar o antigo, que exigia vastos números e um contexto no qual esses números pudessem se unir num único e imenso corpo reagente. [...] Os grandes clubes parecem ter se cansado de suas torcidas, e sob certo aspecto, quem pode culpá-los? [...] as famílias de classe média – o novo público alvo – não só irão se comportar bem, como pagar muito mais para fazê-lo. (HORNBY, 2000, p.75-76).

“Febre de Bola” (*Fever Pitch*, no original, publicado em 1992) é o título sugestivo do livro publicado pelo prestigiado escritor britânico Nick Hornby. Torcedor fanático do Arsenal, tradicional clube de futebol londrino, o autor narra o transcurso de 24 anos (entre 1968 e 1992) de seu profundo envolvimento pessoal com o clube. Assíduo frequentador dos jogos, ele nos permite antever como pano de fundo de suas vivências o processo de radical transformação dos estádios ingleses, acionado logo após o famoso desastre de Hillsborough², que resultou na emergência e afirmação do modelo preconizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA): um novo conceito de estádio que se impôs como paradigma mundial de conforto, segurança, previsibilidade, controle e, acima de tudo – embora veladamente –, rentabilidade e elitização.

² Em 15 de abril de 1989, durante uma partida no velho e lotado estádio de Hillsborough, noventa e seis pessoas morreram pisoteadas e mais de setecentas sofreram ferimentos, culminando uma série de outros acidentes menores em estádios, não apenas ingleses. Em janeiro de 1990, foi publicado o Relatório Taylor, com rigorosas recomendações de segurança para os estádios, entre elas a imposição do *all-seated* (todos os expectadores sentados).

Com efeito, as últimas duas décadas vêm apresentando, em escala mundial, uma formidável onda de construção e reforma de estádios. A Copa do Mundo de 2002, a primeira realizada na Ásia, representou um marco fundamental nesse processo de mudança, mediante o esbanjamento de recursos para construir ou reformar não menos que vinte estádios, contrastando com a edição anterior, a Copa de 1998, na França, que erigiu um único novo estádio, o Stade de France, em Paris. Para realizar a Copa de 1994, os Estados Unidos seguiram critério similar e apenas reformaram seus estádios.

Amiúde, na atualidade, são construídos equipamentos caros, não raro superdimensionados, cuja sofisticação técnica quase sempre não coaduna com as reduzidas possibilidades e receitas locais. Por conseguinte, em 2004, a edição portuguesa da Eurocopa de Futebol, a partir de recursos exclusivamente públicos, produziu estádios superdimensionados em Leiria, Aveiro, Guimarães, Coimbra, Braga e Faro, cidades que não dispõem de mercado local para sustentar tais equipamentos, notoriamente deficitários e, por muitos, condenados à implosão completa de suas estruturas³. Vários outros exemplos poderiam ser citados. A febre construtiva, cumpre registrar, encontra abrigo no novo formato extravagante e monumental dos megaeventos esportivos, mas também dialoga plenamente com as novas estratégias de gestão das cidades no sentido da valorização e da projeção competitiva de sua imagem global – o *citymarketing* –, bem como parece estar associada à hipotética “máquina urbana do crescimento” de que nos falamos Logan e Molotch (1990).

Entendemos que essa recente transformação radical na forma e no conteúdo dos estádios de futebol pode ser interpretada para além das óbvias

³ Segundo o professor e catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, Augusto Mateus, ex-ministro da Economia (1996-97) e ex-secretário da Indústria de Portugal (1995-96): “O estádio de Aveiro, por exemplo, custa 4 milhões euros (R\$ 8,9 mi) por ano, entre manutenção e pagamento de juros. Numa cidade de 70 mil habitantes, um estádio com 30 mil lugares nunca enche. A arena de Coimbra, que custou 60 milhões euros (R\$ 133 mi) para receber míseros dois jogos da Eurocopa-2004, está abandonada. Em Leiria, procura-se desesperadamente um comprador para o estádio construído lá. As arenas de Braga e Faro acumulam prejuízos milionários.” (Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/765316-estadios-que-nao-dao-lucro-devem-ser-demolidos-diz-ex-ministro-portugues>, acessado em 13 de janeiro de 2013).

necessidades e interesses da nova economia do futebol-espetáculo, tema que também abordaremos aqui. O que propomos de essencial, neste artigo, é refletir sobre em que medida as mudanças em curso são expressão de um movimento mais amplo que se passa na cidade contemporânea, se olharmos o estádio como um potencial microcosmo do universo urbano: o processo de espetacularização como faceta do espaço abstrato e, conseqüentemente, a crescente imposição do valor de troca sobre o valor de uso nos espaços de sociabilidade, apontando a “cultura” e o lazer como novas fronteiras de acumulação (ARANTES, 2000; JAMESON, 2000).

Uma de nossas premissas fundamentais é a possibilidade de reconhecer o estádio de futebol como espaço-tempo da cidade (CARLOS, 2011), como momento e lugar da realização de parcela da vida urbana. As supracitadas transformações em curso – privatização, elitização e aumento do controle sobre os corpos – podem ser lidas no contexto da produção do urbano capitalista contemporâneo. Embora o princípio mercadológico já estivesse presente no “velho estádio” – sendo este um espaço acessado pelos indivíduos unicamente pela via da aquisição de ingresso –, as novas arenas ampliam e radicalizam o sentido da cidade mercadoria, ao impor valores comerciais muito mais altos para os ingressos e para a alimentação em seu interior, eliminando assim agentes e serviços informais que tradicionalmente compunham a experiência dos torcedores. Acima de tudo, para garantir a plena realização da mercadoria, vem sendo imposto um crescente aparato normativo que visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo. Toda a nova arquitetura dos estádios aposta nesse princípio do controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores e reduzindo seu comportamento à passividade, distanciando-os do tradicional protagonismo festivo das massas ruidosas e, por vezes, imprevisíveis.

Tentaremos argumentar que a elitização dos estádios – ou reelitização, dependendo da escala temporal adotada – não significa apenas uma operação funcional de troca de usuários, elegendo os “melhores” e mais comportados consumidores, conforme apontou Nick Hornby (2000). As implicações dessa

mudança para a reprodução social da cidade, e mais efetivamente para o universo cultural das práticas populares, são profundas, pois o estádio se constituiu historicamente como campo de pertencimento, de identidades e de uso popular. Enquanto espaço da festa e da expressão coletiva, compunha a cidade vivida, de forma que sua transformação afeta um capítulo do “direito à cidade” para os menos favorecidos economicamente. Processo esse que se agrava, sobretudo nos novos ditames, cada vez mais perversos, de desigual distribuição de renda no interior da metrópole. Portanto, os novos estádios constituem-se microterritórios que contribuem, a seu modo, para ampliar e aprofundar os mecanismos de exclusão vigentes.

No plano conceitual, o ponto de partida é entender o território como um conjunto de relações sociais projetadas no espaço, capazes de produzir um campo de força ou, mais precisamente, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2008, p. 65). Nesse sentido, parece-nos desnecessário discutir a validade da aplicação do conceito de território, ou microterritório, ou ainda “nanoterritório” (SOUZA, 2006, p. 317-8), ao estádio de futebol: o equipamento em si não é um território, mas tão somente o seu suporte ou substrato material; o estádio “usado”, isto é, o conjunto de normas e de práticas socioespaciais que ali se desenvolvem é que forma um território.

A teorização de Michel Foucault nos auxilia a perceber a aplicação, aos estádios, de dispositivos de controle e “docilização” dos corpos, verificados em outros âmbitos da vida social e de suas instituições, como as câmeras por toda parte, instrumentos pan-ópticos a vigiar e punir. Embora reconheçamos o imenso potencial analítico “foucaultiano” em relação aos estádios, este caminho já foi trilhado em Mascarenhas e Gaffney (2005).

Por fim, optamos pela não rigidez conceitual, considerando o valor de se alimentar o debate teórico e manter o conceito em construção. Como também se encontra em plena construção o estudo geográfico dos estádios de futebol. E assim, propomos a possibilidade de pensar o estádio enquanto um lugar na cidade, um tempo-espaço do urbano.

O objeto geográfico aqui estudado encontra-se disseminado por todo o território nacional. Conforme o levantamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)⁴, o país possui mais de seiscentos estádios, sendo a região Nordeste a que concentra maior número desses equipamentos. Trata-se de um universo dotado de imensa heterogeneidade, nos mais variados aspectos: arquitetônico – porte físico, formato e capacidade de público –, locacional, econômico, funcional e simbólico. Muitos apresentam uso esporádico e atraem poucas dezenas de assistentes a cada partida, sendo que mais de 70% dos nossos estádios não têm capacidade para abrigar público superior a dez mil torcedores. A grande maioria apresenta precárias instalações físicas: mais de um terço não possui recursos de iluminação. Na supremacia urbano-metropolitana, que cada vez mais se expressa na economia do futebol brasileiro (MASCARENHAS; RAVENEL; HELLEUE, 2012), uma ínfima parcela desse conjunto concentra mais de 80% ou 90% da renda auferida por todo o universo do sistema futebolístico nacional. Exatamente esse minúsculo grupo de “superestádios”, localizados nas grandes capitais, vem sendo alvo de intensas transformações, físicas e normativas, num processo cuja radicalidade afeta o próprio campo lexical do futebol: passam a se chamar “arenas”. Neste momento, nossas reflexões dirigem-se exclusivamente a esses equipamentos, seus usos e significados na reprodução do urbano.

No tocante à estrutura do texto, procedemos ao seguinte encaminhamento: num primeiro momento, considerando ser o tema muito pouco recorrente na Geografia, traçamos um breve panorama da difusão e afirmação social do futebol enquanto processo que gerou, em escala mundial, a disseminada edificação dos objetos geográficos aqui tratados. Após contextualizar historicamente o advento dos grandes estádios na paisagem urbana hodierna, voltamo-nos, num segundo momento, ao objeto em si: o equipamento de uso coletivo que abriga, essencialmente, o futebol-espetáculo, ao mesmo tempo pensado como espaço vivido – de paixões e identidades clubísticas – e como territorialidade, isto é, como campo de forças, de práticas e normatizações que sinalizam disputas de sentido. Na

⁴ Cf. Cadastro Nacional de Estádios de Futebol. Rio de Janeiro: CBF, 2012.

terceira parte, reportamo-nos à cidade, em seu movimento, para trazer elementos que permitam pensar o estádio como espaço-tempo da reprodução social da metrópole, enquanto território que mobiliza paixões, forças identitárias e utopias de uma cidade menos segregada, e que, ao mesmo tempo, vem sendo alvo de um amplo pacote de intervenções e normatizações, por parte do aparelho estatal, associado a interesses do grande capital.

PLAY AND DISPLAY: O ADVENTO DOS GRANDES ESTÁDIOS DA ERA MODERNA

Codificado em Londres em 1863, em linhas gerais, o futebol moderno⁵ foi introduzido no Brasil, paulatinamente, entre o final do século XIX e o início do seguinte. A difusão se realizou pelas vias do amplamente imperialismo britânico e de outros agentes, tais como os missionários e os jovens bacharéis em retorno de seus estudos no exterior. Cumpre registrar que a marcante presença inglesa pelo mundo favoreceu a difusão dos esportes modernos, conferindo um traço de unidade cultural ao vasto Império Britânico, conforme observou o geógrafo francês Albert Demangeon (1938, p. 148) em seus estudos de Geografia Colonial. Nesse sentido, o futebol que aportou em nossas cidades foi quase sempre concebido como um valorizado “produto inglês”, uma prática social proveniente do mundo civilizado e, em particular, da nação mais poderosa do planeta. Com esse aval, conquistou rapidamente nossas elites, desejosas de ruptura com o passado colonial, em prol da proclamada “modernidade”.

Nesse sentido, missionários e jovens bacharéis trouxeram da Europa não apenas a prática de um novo esporte, mas, sobretudo, sua dimensão simbólica: o futebol como atividade portadora de benefícios incontestes, posto que oriundo da “boa” civilização europeia. Intelectuais, como Monteiro Lobato, apostavam nessa modernidade trazida pelo futebol: a intensa prática esportiva de nossa mocidade

⁵ O adjetivo “moderno”, além de contextualizar a iniciativa britânica de 1863 no âmbito da sociedade urbano-industrial, cumpre papel de diferenciar o futebol atual de outras formas anteriores. Tsü-tsü (China), kemari (Japão) e tlachtli (América pré-hispânica) são algumas das variações do chamado *futebol ancestral* ou *folk football* (ELIAS; DUNNING, 1985). Não esquecendo o *harpastum*, jogo de origem romana que se difundiu por todo o antigo império e serviu de base para a evolução futura do futebol no continente europeu (MASCARENHAS, 2001).

como via civilizadora. Vale citar um trecho de seu apaixonado discurso de 1905, após assistir a um acirrado duelo futebolístico entre ingleses e jovens da elite paulistana:

A população eletrizada viu-se colocada diante de uma nova questão social. Tratava-se de verificar se o paulistano tinha capacidade para sair vitorioso ante a enorme oposição dos filhos de Albion. O povo compreendeu de imediato o extraordinário alcance deste duelo [...]. Essa luta tinha para a população de São Paulo um significado moral dez vezes maior que a eleição de um presidente do Estado. Parava nas ruas para apontar com os dedos os jogadores, esses renovadores de nosso sangue. São Paulo reconhece que cada um desses jovens é socialmente mais importante que todos os deputados estaduais e federais somados, multiplicados e elevados à sétima potência [...]. Esta é uma perspectiva consoladora [...]. É desta espécie de homens que precisamos. Menos doutores, menos bajuladores, menos parasitas e mais "struggle-for-life". Mais homens, mais nervos, mais corpúsculos vermelhos, para que um Camilo Castelo Branco não possa repetir que ele tem sangue corrompido nas veias e farinha de mandioca nos ossos. (*apud* ROSENFELD, 1993, p. 79-80)

Organizar e praticar o futebol prescinde da construção de estádios, exceto quando este esporte adquire um grau de popularidade que mobiliza o afluxo crescente de espectadores para as partidas. O surgimento e expansão dos estádios é substancialmente um fenômeno que reflete a iniciativa de empresários no ramo da nascente "indústria" do entretenimento nos quadros da conformação da sociedade urbano-industrial (BARTH, 1980). Tal processo esteve, desde o início, associado ao papel da imprensa, noticiando e dramatizando as partidas, estimulando rivalidades, enaltecendo jogadas e forjando heróis esportivos, criando uma mitologia própria ao jogo (MURRAY, 1994). Assim, o futebol britânico já se revelava um cativante espetáculo na década de 1870: alguns jogos atraíam público superior a dez mil pessoas, sobretudo nos acirrados confrontos entre as seleções nacionais de Inglaterra e Escócia⁶. O futebol iniciava, desse modo, sua longa transição, partindo do ideal atlético clássico, amador, presente nas *Public Schools* inglesas, imbuídas da pedagogia iluminista, para ingressar em definitivo no circuito da mercadoria.

⁶ Cf. Tony Mason (1980, p. 139), que dedica um capítulo inteiro de seu livro ao estudo da multidão no futebol inglês, desde 1871 até 1915.

Por volta de 1880, na Inglaterra, o futebol já penetrava no mundo operário, em movimento muitas vezes organizado pelos donos das fábricas, como evidente estratégia de arrefecer o conflito classista ao colocar em confronto os trabalhadores entre si, e vestindo a camisa da própria empresa. Segundo Murray (2000, p. 32), aqueles indivíduos de origem humilde perceberam “o poder que residia em suas chuteiras” e passaram a exigir retorno pecuniário. Ao se profissionalizar e se tornar uma lucrativa e promissora indústria de entretenimento para multidões, o futebol, aqui tomado como “campo”, no sentido de Bourdieu, passou a aglutinar poderosos interesses comerciais que logo lhe atribuíram sentidos muito distintos daqueles até então vigentes, associados a uma pedagogia *mens sana in corpore sano*.

Com o advento do futebol-espetáculo, entra em cena um novo tipo de atleta, adestrado, que se dedica exclusivamente ao futebol, vivendo-o como profissão remunerada e socialmente prestigiada, e que por isso encara cada partida como uma batalha. Uma atitude muito diferente daquela estabelecida pelo “ethos amador” (DUNNING; SHEARD, 1979) que preconizava a figura do *sportsman* como um cavalheiro. Os novos protagonistas ajudarão a tornar o futebol uma verdadeira paixão popular no final do século XIX, na Inglaterra, onde esse esporte deixou de ser amador em 1885, algo que Eric Hobsbawm (1991, p. 262) classificou como uma espécie de “religião leiga da classe operária”⁷. E, certamente, a impulsionar sua popularização, posto que tal esporte passou a representar uma nova forma de sobrevivência para os que não possuíam escolaridade.

Ainda alheio ao processo de popularização no Reino Unido, o futebol aporta no Brasil como modismo europeu, com traços higienistas, moralistas, cosmopolitas e de distinção social. Nesse sentido, nossos primeiros estádios, destinados

⁷ Tony Mason (1980, p. 32), estudioso no assunto, mostra-nos a preocupação de um jornal, em 1888, ao reconhecer que “os requisitos para o jogo são tão poucos e baratos que dele pode participar até o homem mais miserável”. Registre-se que, em 1885, já existiam mais de mil clubes de futebol na Inglaterra (MASON, 1980, p. 13). Portanto, ao chegar ao Brasil, o futebol já trazia em si um movimento contraditório, oscilando entre o ideal burguês atlético de distinção social, expressão da retomada de valores clássicos de constituição moral do indivíduo civilizado, e o processo de popularização que abrigava um sentido bastante distinto, de paixão e embrutecimento.

exclusivamente às elites, tinham geografia inequívoca: localizados nos bairros mais nobres, os equipamentos, de pequeno porte, apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro a céu aberto. Como os atletas eram igualmente egressos das camadas sociais privilegiadas, seus familiares e amigos formavam boa parte do público que comparecia para assistir às exibições do novo *sport* inglês que fazia sucesso na Europa. O estádio era então um ornamento da onda civilizadora de cunho eurocêntrico, ao qual o acesso era muito restrito. Pretensamente, um espaço de fruição das elites, onde damas e cavalheiros bem vestidos acenavam lenços e chapéus para os *footballers*. Dessa primeira geração de estádios, poucos sobreviveram, como o do Fluminense Futebol Clube, no Rio de Janeiro, cuja primeira arquibancada foi erigida em 1905, sob o patrocínio da família Guinle, então uma das mais ricas e influentes do Brasil.

Esse modelo, que agora sugerimos chamar de “estádio aristocrático”, repetiu-se por várias cidades importantes de nosso país. A título de exemplificação, a elite de Salvador, desde 1920, orgulhava-se do Estádio da Graça, situado no bairro homônimo, vizinho ao bairro Vitória, compondo, ambos, a zona mais nobre da cidade no início do século XX. Em meio a modernas e higiênicas mansões senhoriais, o bairro representava a essência da modernidade soteropolitana, que recentemente abandonara o núcleo histórico da capital, insalubre e de vielas acanhadas, para se instalar em zona mais arejada, dotada de vias largas e retílineas, ensolaradas, conforme os princípios do novo urbanismo. Curitiba, por sua vez, desde 1924 contava com o elegante estádio Joaquim Américo, cultuado símbolo da modernidade e da civilidade do povo curitibano. Recife, por seu turno, edificou, em 1916, o estádio da Liga Sportiva Pernambucana, para abrigar os jogos do campeonato local, iniciado em 1915. Em 1939, inaugura-se também um estádio no tradicional bairro dos Aflitos, pelo Clube Náutico Capibaribe. Em Porto Alegre, o primeiro estádio, inaugurado em 1904, situava-se no elegante bairro Moinhos de Vento, então reduto da elite germânica porto-alegrense.

O inevitável processo de popularização do futebol no Brasil, que efetivamente se deflagra a partir dos anos 1930 nos grandes centros urbanos, iria

tornar tais estádios anacrônicos. Por um lado, sua reduzida capacidade de público não comportaria mais o afluxo crescente de interessados em assistir aos jogos. Por outro, a ampliação desses equipamentos encontrava obstáculos propriamente físicos e urbanísticos, pois geralmente estavam inseridos em zonas de densa ocupação, bairros tradicionais. Ao mesmo tempo, o fato de estarem situados em zonas nobres encarecia qualquer projeto que requisitasse aquisição de terreno vizinho para ampliação do estádio. Por fim, o próprio afluxo maior e mais ruidoso de torcedores não interessava aos habitantes desses bairros nobres, pois comprometia suas valiosas amenidades. Ademais, conforme o futebol ia deixando de ser o esporte dos jovens aristocráticos, não seria mais interessante comportar ali um estádio, ao contrário dos hipódromos e, mais tarde, dos campos de golfe, que permanecem até os dias atuais como equipamentos esportivos valorizadores das imediações⁸.

Em suma, a evolução social do futebol, no sentido de sua popularização, demandava uma nova espacialidade. Notoriamente, no Brasil, os anos 1930 assinalam o advento de um novo contexto histórico para a sociedade em geral e para o futebol, em particular. A partir de 1938, o governo Vargas, através de discursos radiofônicos inflamados, estabelece vínculos doravante consagrados entre o futebol e a pátria, contribuindo para fazer deste esporte a verdadeira “paixão nacional”. Em 1940, consoante com o espírito de revolução de 1932 e com todo o discurso bandeirante ufanista de “locomotiva da nação”, a municipalidade paulistana erigia o primeiro estádio de futebol estatal do Brasil, e com grande capacidade de público: o Pacaembu. Dez anos depois, surge o Maracanã, também de iniciativa municipal, por ocasião da Copa do Mundo de 1950, inaugurando uma era de “estádios gigantes” e voltados para as massas. Este modelo de “estádio fordista” – adjetivo e conceito que propomos, mas cuja pertinência pretendemos ainda avaliar melhor – expandiu-se para diversas capitais estaduais, impulsionado,

⁸ O Reino Unido já havia experimentado essa transição: reformado em 1903, em Glasgow, atraindo as massas trabalhadoras, com públicos de 120 mil pessoas já em 1908, o Hampden Park tornava-se o maior estádio do mundo, reputação que persistiu até a inauguração do Maracanã, no Rio de Janeiro, em 1950. Manchester construiu seu grande estádio popular em 1910 (Old Trafford) e Londres erigiu Wembley (capacidade de 80 mil) em 1923.

principalmente, pelo regime político de exceção, atingindo o auge construtivo na primeira metade dos anos 1970 e marcando profundamente a paisagem urbana brasileira nas últimas três décadas do século XX. A atuação decisiva do Estado ajudou a produzir um dos mais extensos parques de grandes estádios do mundo, a maioria de propriedade estatal.

O regime militar – sobretudo entre os anos de 1968 a 1978 – encarregou-se de difundir estádios superdimensionados por praticamente todas as capitais do país. E assim, contando com amplas arenas, excessiva cobertura midiática e subsídio governamental, o futebol atraiu público numeroso no Brasil durante décadas, tornando-se uma das principais diversões populares. A riqueza dos processos de apropriação social é digna de nota: nos estádios, frequentemente lotados, o povo desenvolveu rituais próprios, “carnavalizantes”, ruidosos e coloridos, um cenário de festa ritualizada, conforme sugeriu Bromberger (2001). A reprodução social da cidade brasileira contemporânea conta com esse momento/lugar fundamental em sua cartografia das práticas socioculturais.

Todavia, após uma trajetória de constante expansão, em quantidade e porte físico, os estádios vêm apresentando, nos últimos vinte anos e em escala mundial, significativa redução de sua capacidade. Conforme diversos estudos assinalam, uma nova economia do futebol emerge a partir da década de 1980, e nela, a receita principal dos clubes deixou de ser a afluência maciça de indivíduos de baixa renda aos estádios. Opulentos contratos de transmissão televisiva e patrocínios de grandes marcas passaram a definir a receita dos clubes. Ao mesmo tempo, e em pleno acordo com os poderosos interesses comerciais, emerge toda a narrativa oficial de suposta preocupação com a violência. Estádios lotados tornaram-se, portanto, muito menos interessantes, não apenas pelo advento das novas fontes de receita, mas, sobretudo, por colocar em risco a própria qualidade do produto que se quer vender: os conflitos entre torcedores e a ameaça que podem representar à própria integridade física dos jogadores, tornados valiosos astros milionários na nova economia do futebol. Este e vários outros fatores contribuíram para a falência do que podemos chamar, grosseiramente, de “grande estádio popular”, em favor

de um novo modelo, nitidamente elitizado⁹, num processo que já definimos como uma nova anatomia política dos estádios (GAFFNEY; MASCARENHAS, 2006).

Para seguir avançando em nossa argumentação em torno das implicações territoriais promotoras e também decorrentes das transformações sofridas pelo estádio, é salutar que nos detenhamos um pouco sobre este equipamento urbano, que não mereceu ainda a devida atenção dos geógrafos.

O ESTÁDIO DE FUTEBOL: FORMA E CONTEÚDO

Você já entrou, alguma vez, num estádio vazio? Experimente. Pare no meio do campo, e escute. Não há nada menos vazio do que um estádio vazio. Não há nada menos mudo do que as arquibancadas sem ninguém. (GALEANO, 2002, p. 20.).

O que é um estádio de futebol? A princípio, um edifício ou equipamento de acesso coletivo que se comporta como uma centralidade física e simbólica no espaço urbano – metropolitano, destinado à oferta de espetáculos esportivos. No plano operacional urbanístico, funciona como uma centralidade periódica, capaz de acionar grande afluxo de visitantes em dias de jogos, forçando um reordenamento na gestão pública do seu entorno – para garantir segurança e acessibilidade –, e gerando fugazes oportunidades comerciais e de serviços ao setor informal. Não obstante tal periodicidade, que condena ao silêncio – e ao desperdício de recursos – na maior parte do tempo a imensa estrutura de concreto, do ponto de vista político e simbólico, o estádio é uma centralidade constante, permanente na paisagem física e cultural, denso de memória e topofilia.

Por seu porte e centralidade, os estádios constituem a principal expressão visível da magnitude que alcançou o futebol no Brasil e no mundo. Entretanto, muito pouco se estudou geograficamente sobre esses monumentais objetos, não obstante sua ubiquidade no mundo contemporâneo. O maior estudioso do assunto ainda é o geógrafo inglês John Bale, ora analisando a inserção dos estádios no espaço urbano (BALE, 1993), aplicando princípios da topofilia para estudar a

⁹ O combate ao “hooliganismo”, sobretudo a partir da famosa “tragédia de Hillsborough” (em 1989), recrudescer e produziu a criminalização das torcidas. Aparatos de controle e punição dentro e ao redor dos estádios espalharam-se, produzindo inclusive constantes violações de direitos civis sobre aqueles que procuram o estádio, conforme estudos de Tsoukala (2008).

experiência humana em seu interior (BALE, 1994), ora tecendo sombrias projeções para o futuro dos estádios (BALE, 1998). Antes dele, Armand Frémont (1980) foi um dos poucos geógrafos que trataram efetivamente dos estádios de futebol, recorrendo a uma análise da configuração de seu espaço interno enquanto espaço vivido.

Na Geografia Brasileira, há um inexplicável silêncio. Pelo levantamento – não exaustivo – que realizamos sobre a presença dos estádios em estudos de Geografia Urbana (MASCARENHAS, 1999b; MASCARENHAS 2001), detectamos raras alusões, com destaque para as curiosas passagens em obras de Pierre Monbeig – anos 1940 e 1950, sobre a paisagem urbana e a cidade de São Paulo –, e uma discreta menção em Milton Santos (1996, p. 257), ao citar os “enormes estádios” para se referir à cultura popular de massas. Ao que tudo indica, o primeiro esforço de estudo geográfico dedicado essencialmente aos estádios de futebol no Brasil realizou-se por ocasião do III Simpósio Nacional de Espaço e Cultura, quando apresentamos uma comunicação oral. A seguir vieram outras poucas iniciativas, tais como Ferreira (2004), Gaffney e Mascarenhas (2005), Mascarenhas e Oliveira (2006) e Mascarenhas (2009). Aparentemente, uma pequena “onda” de estudos sobre futebol na Geografia Brasileira, movidos por ocasião da Copa do Mundo, pode alterar o estado da arte neste microcampo específico de investigação.

Espaço vivido e lugar de referência, o estádio alimenta o sentido de pertencimento e a constante atualização das identidades coletivas (GAFFNEY, 2008), sejam elas clubísticas – e intraclubísticas, considerando virtuais facções de torcidas de um mesmo clube –, locais, regionais ou nacionais. Em suma, o estádio, para além de sua função econômica de abrigar e comercializar espetáculos, pode e deve ser considerado como “território usado” no sentido proposto por Santos (1996). Em outras palavras, como espaço apropriado pelos usuários, que nem sempre querem se reduzir a meros consumidores e passivos observadores, mas participar ativamente da festa, inclusive expressando coletivamente suas opiniões e reivindicações. O rico movimento de apropriação do estádio faz dele um elemento singular na reprodução social da cidade.

No plano da arquitetura interna, até recentemente muitos de nossos estádios possuíam um setor popular, junto ao campo de jogo, no qual os torcedores podiam, a preços módicos – permanecendo em pé, expostos ao sol e à chuva, e com uma perspectiva precária dos movimentos gerais da partida –, frequentar com regularidade. Ali, o espectador era participante: seus gritos chegavam aos ouvidos dos que estavam em campo, bem como os objetos eventualmente arremessados. Havia uma interlocução intensa, muito semelhante ao burburinho das feiras, dos tradicionais circos e dos pequenos estádios de outrora, algo banido das grandes arenas modernas, que muito distanciam fisicamente o torcedor do jogador.

No findar do século XX, portanto, podemos vislumbrar o discreto início de uma nova fase na história e na geografia dos estádios brasileiros. Após décadas de produção orientada para o “gigantismo”, começam as reformas no sentido de redução de sua capacidade. Adveio o lento início de uma nova geração de equipamentos, inaugurada com a “Arena da Baixada”, estádio privado, em Curitiba, no ano de 1999. Assim, é possível afirmar que a importação do modelo de estádio *world class* já está em curso no Brasil há mais de uma década, o que resultou na remoção definitiva da lendária *Geral* do Maracanã e da *Coreia* do Beira-Rio (em Porto Alegre).

A produção desses objetos geográficos não se reduz apenas a uma arquitetura sofisticada e monumental, alvo de ufanismo e promotora de mais um cartão postal em nossas metrópoles. Em nossa reflexão, ela abriga novos conteúdos da urbanização, ao propor e impor suas novas formas de vivenciar a vida pública e o futebol. A nova geração de estádios, expressão da nova economia do futebol e de um processo de reelitização, sofreu aceleração abrupta no contexto de preparação da Copa do Mundo 2014. O movimento, que começou discretamente, adquiriu fôlego e magnitude a partir do ano de 2007, quando o país foi escolhido pela FIFA para sediar o certame.

Uma nova cultura do futebol, que Giulianotti (2002) define como a do pós-torcedor – o espectador pós-moderno, com mais dinheiro e menos identificação e paixão pelo clube, mero consumidor do espetáculo –, expande-se mundialmente.

Impõe-se, nos novos estádios, uma rotina altamente organizada, a empobrecer a sociabilidade historicamente construída no processo de apropriação desse espaço público pelas massas urbanas. E assim, na contramão da cultura popular do futebol, o Brasil celebra seus novos estádios como paradigmas de modernidade. A retórica dominante enaltece tais equipamentos como dotados de uma multifuncionalidade, atribuindo-lhes o recorrente adjetivo “multiuso”. Trata-se, na realidade, de uma adequação arquitetônica que permite o funcionamento de lojas e restaurantes no interior do estádio, bem como a organização de grandes eventos musicais, religiosos e outros. Sem dúvida, a moderna arena multiplica sua capacidade comercial ao flexibilizar as funções do equipamento. Todavia, para o torcedor engajado, o que se percebe é o movimento oposto, de restrição acentuada de seu comportamento, reduzido à condição passiva de assistir aos jogos, sentado. Portanto, ao contrário do que é entusiasticamente divulgado pelos agentes hegemônicos, interdições diversas padronizam as formas de torcer e acenam para o torcedor a clara redução da natureza efetivamente “multifuncional” do estádio tradicional, que era o verdadeiro portador da diversidade de usos: não apenas assistir a espetáculos, mas ser protagonista, e inventar formas de expressão coletiva, de cantar, dançar, comer e beber.

Para compreender mais profundamente esse processo, é preciso enxergar para além do universo do futebol, não obstante este já constituir, em si mesmo, um complexo emaranhado de questões culturais, sociais, políticas e econômicas. Evocando Jameson (2002, p. 175), sugerimos pensar o futebol como um “campo semiautônomo”, por possuir relativa autonomia, sem estar jamais isolado do conjunto da sociedade, que o influencia constantemente. Nesse sentido, o universo do futebol é permeado por agentes, interesses e processos externos a ele. Por isso, as transformações na cultura, na economia e na espacialidade do futebol precisam ser também lidas a partir das macroestruturas que geram e mobilizam tendências mais gerais do mundo contemporâneo. O avanço do neoliberalismo e os processos de globalização parecem estar no centro motor do ideário hegemônico que rege as

transformações que estamos aqui tentando compreender. Bem como os novos modos de pensar e gerir nossas cidades, tema de nosso próximo segmento.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEUS TERRITÓRIOS

Nas últimas três décadas, as transformações estruturais do capitalismo incidiram de forma aguda sobre a produção e gestão das cidades em escala mundial. Emergem operações emblemáticas e pontuais, voltadas para a monumentalidade espetacular, que vêm, quase sempre, acompanhadas das parcerias público-privadas, da desregulamentação edilícia, da concessão de vantagens fiscais e da privatização de serviços e espaços urbanos (Harvey, 2011). E assim, determinados lugares são eleitos pelo governo local, em parceria com o grande capital, para sofrerem as intervenções urbanísticas que os tornarão verdadeiros emblemas da “cidade global”. A produção de novos territórios que pretendem atuar como vitrines da cidade “ordenada” implica a adoção de movimentos performáticos para exibição de um novo padrão de civilidade (Barbosa, 2006). Acreditamos ser possível analisar a transformação dos estádios como expressão particular desse processo de espetacularização do urbano.

Segundo David Harvey (1992, p. 88), “o espetáculo sempre foi uma potente arma política” e se intensificou nos últimos anos como forma de projeção e controle social na cidade, no contexto da ascensão do modelo de gestão urbana empreendedorista. Corroborando esta linha de análise, Fernanda Sánchez acredita que as estratégias de *marketing* urbano utilizadas pelas lideranças locais tornaram-se de fundamental importância para a divulgação dos atributos dos diferentes lugares e das imagens construídas, criando verdadeiros cenários que, na maioria das vezes, omitem a realidade, aumentando a capacidade de atratividade do “produto cidade” (SANCHEZ, 1999 p. 118.). Assim, na cidade-cenário, tudo se torna

[...] objeto de consumo estético e contemplativo. Nesse sentido, é a cidade que está no centro da cena, a cidade tornada sujeito, que em determinadas circunstâncias transforma os próprios cidadãos em meros figurantes, atores secundários de seu roteiro.

Diante do conceito de cidade-cenário, não nos parece estranho propor a noção de “estádio-cenário”, considerando quanto sua atual configuração e

regulação se prestam muito mais a encenações comportadas e adequadas à transmissão televisiva, do que a um espaço de livre manifestação coletiva. Não por acaso, o antropólogo e historiador Marcos Alvito sugere a noção irônica e autoexplicativa de “estádio-estúdio”¹⁰. Milton Santos (1987) já havia afirmado de forma contundente como a sociedade capitalista restringe o acesso aos direitos de cidadania apenas àqueles aptos a pagar: ao “cidadão-consumidor”. Todavia, parece que estamos diante de uma nova situação, que radicaliza a associação do consumo com direitos de acesso à *polis*: trata-se do empobrecimento da vida pública pela via da segregação espacial (a insularização), conjugada à supracitada encenação, fruto do aparato normativo emergente. Tal preocupação com a transmutação do cidadão em mero figurante de roteiros preestabelecidos está presente também nas reflexões de Carlos (2010, p. 181):

A cidade é antes de tudo uma produção social, vivida enquanto prática sócio-espacial. Portanto, o sentido da cidade se ilumina a partir da sociedade enquanto sujeito produtor da cidade. E aqui aparece outro problema: os sujeitos sociais são reduzidos a sua condição de atores, eliminando sua ação de sujeitos produtores da cidade. Aqui ocorre outro deslocamento – do sujeito que produz em ator que encena.

A aclamada modernização dos estádios de futebol insere-se precisamente nesse processo, posto que ela visa remover de seus recintos todos aqueles comportamentos considerados inadequados à nova ordem de consumo passivo do espetáculo futebolístico. O atual “modelo FIFA” concebe o moderno estádio como equipamento destinado a um público específico, “figurante”, seletivo, solvável, disposto a pagar caro por tecnologia, conforto e segurança. Um público “familiar” e “ordeiro”, que vai ao estádio consumir o espetáculo e não buscar tradicionais formas de protagonismo que não interessam ao novo modelo hegemônico. Ainda no plano da retórica modernizadora, pretende-se um estádio “civilizado”, em contraposição ao caos e à “barbárie” supostamente reinantes no modelo anterior, considerado vulnerável a movimentos de massa incontroláveis e sujeito à atuação de grupos sociais “perigosos”. É notável como esse discurso sobre os estádios

¹⁰ Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505342-copa-do-mundo-2014-o-estado-paga-a-conta-e-a-iniciativa-privada-fica-com-o-lucro>. Acessado em 12 de janeiro de 2013.

reproduz fielmente o que o pensamento neoliberal já vinha formulando sobre as cidades, propondo a requalificação dos espaços urbanos para eliminar a “desordem” e oferecendo a “cenografia contra o caos” (BARBOSA, 2006, p. 126-127).

Todo esse processo afeta profundamente a cultura do futebol, incluindo nela a paixão do torcedor. Segundo o antropólogo Arlei Damo, o “pertencimento clubístico” é uma modalidade de vínculo identitário intenso e imutável com o clube, gerador de um “segmento de público militante”, com grande engajamento emocional – condição para viver plenamente a excitação futebolística – e capaz de atitudes tidas como irracionais (DAMO, 2007, p. 51-53). Esta aparente irracionalidade, produtora de gestos considerados agressivos e imprevisíveis, não interessa à moderna indústria do espetáculo, que prefere um consumidor sóbrio. Ademais, um consumidor de maior poder aquisitivo, de forma que nossos novos estádios tendem a expulsar o pobre e o torcedor apaixonado, duas categorias sociais que muitas vezes se confundem no mesmo indivíduo, já que o “pertencimento clubístico” está enraizado na cultura popular urbana.

Para se tornar um território plenamente formatado para o circuito da mercadoria, além de encarecer sobejamente o acesso do público¹¹, o estádio foi alvo de toda uma nova regulamentação, destinada a garantir o conforto e o bem-estar do novo cliente. No Brasil, tais medidas vêm sendo adotadas paulatinamente. O Estatuto do Torcedor, implementado em 2003 (*Estatuto Do Torcedor 2003*) e reformulado em 2010 (*Estatuto Do Torcedor 2010*), amplia a abrangência dos atos ilegais e o rigor das penalidades, prevendo punição severa para os “indisciplinados”. Estes podem ser banidos dos estádios por longa temporada: até três anos, conforme o artigo 39 da Lei nº 12.299. Trata-se de um processo de acentuada criminalização dos torcedores. Ao mesmo tempo, surge uma nova geografia do controle social, que se estende para o raio de cinco quilômetros em torno do

¹¹ São poucos os indivíduos que dispõem de recursos para adquirir regularmente um ingresso que, nos últimos dez anos, em todo o Brasil, sofreu reajuste médio de 300%, contra apenas 73% da inflação geral, e 84% de aumento da Cesta Básica. Cf. <http://www.espbr.com/noticias/inflacao-ingressos-futebol-preco-aumentou-300-ultimos-10-anos>. Acessado em 21 de abril de 2013.

estádio de futebol, conforme o artigo 41-B parágrafo primeiro da mesma lei. Portanto, a imposição de novo aparato jurídico ultrapassa o recinto do estádio, para compor um anel de vigilância e “ordem pública” ao seu redor.

Enfim, o Brasil vem promovendo uma mudança efetiva na gestão dos seus principais estádios. A grande maioria desses equipamentos surgiu, historicamente, como bem estatal, quase sempre na esfera estadual. Após as reformas, tenderão a ser apropriados e geridos pela iniciativa privada, através de longos contratos de concessão. Os novos estádios impõem, por assim dizer, uma nova condição territorial, caracterizada basicamente por:

- 1) Limitação de acesso ao recinto, seja pela sensível redução da capacidade dos estádios, seja pelo encarecimento extremo dos ingressos ou, ainda, pelas restrições de portabilidade de inúmeros objetos e adereços, incluindo faixas e cartazes com conteúdo “político”. Em outras palavras, o cidadão está impedido de protestar nos estádios, seja contra a Federação, seja contra a CBF, ou qualquer outra entidade pela qual ele se sinta lesado.
- 2) Limitações severas de comportamento dentro do estádio, pela imposição de normas e vigilância onipresente, através de câmeras filmadoras, num processo de disciplinarização e constrangimento.
- 3) Impedimento de comercialização de determinados produtos, bem como eliminação da presença de vendedores ambulantes, de forma a reduzir ainda mais as possibilidades de geração de renda no âmbito da economia informal. Analisando o avanço da normatização sobre o estádio, podemos recuperar a afirmação de Souza (2008, p.66), segundo a qual este equipamento cumpre o papel de importante substrato espacial material para o exercício do poder. E particularmente dos micropoderes, pela escala envolvida em seu recinto.

Em suma, emerge mundialmente um novo conceito de estádio, endeusado pelos meios de comunicação e inteiramente adequado aos interesses do grande capital. As novas “arenas” agradam a segmentos sociais economicamente capazes de consumi-las, ou que não sustentam críticas ao modelo disciplinar e à supressão de práticas populares. Muitos “clientes” sentem-se plenamente satisfeitos com a

segurança, a previsibilidade e a serenidade do novo ambiente, e não escondem a satisfação de ser ele frequentado por indivíduos de estrato socioeconômico mais elevado, como ocorre em *shopping centers*, clubes e *resorts*, que operam como “espaços insulares”, enclaves que evitam a presença dos indesejáveis segmentos excluídos (BIDOU-ZACHARIASEN; GIGLIA, 2012), inserindo os novos estádios, portanto, nesse rol de espaços excludentes, redutos privatizados da passividade e do consumo.

Não obstante a massiva propaganda em favor das novas arenas, e todo o conforto material que elas proporcionam, algumas vozes dissonantes fazem-se ouvir, bem como se observam táticas de resistência à adoção do comportamento imposto. Em diversas ocasiões, frequentando os estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo, percebemos a recusa do torcedor em permanecer sentado durante as partidas. Funcionários dos estádios atuam no sentido de solicitar ou mesmo ordenar que os torcedores tomem assento, mas determinados grupos resistem e desobedecem constantemente. Por nós indagados sobre a desobediência, afirmam que a emoção do jogo e a perspectiva de apoiar o clube não condizem com a postura passiva ou aprisionante da cadeira. Alegam estar habituados a agir dessa forma há anos ou mesmo décadas. Nota-se que em cada estádio, uma espécie de acordo tácito entre os frequentadores define áreas distintas para os que preferem permanecer sentados e os que desejam ficar em pé, o que não impede eventuais conflitos entre os dois grupos.

Desterritorializados pela normatização elitista, determinadas práticas e agentes buscam a reterritorialização. Foi o que vivenciamos no Novo Mineirão em 18 de setembro de 2013: estádio lotado, pois Cruzeiro e Botafogo disputavam a liderança do Campeonato Brasileiro. Muitos torcedores desobedeciam sistematicamente às ordens para sentar. Alguns se sentavam e logo depois que o agente repressor local se distanciava, voltavam a ficar de pé: pequenas táticas de resistência (DE CERTEAU, 1996) e de reencontro com o velho estádio que o projeto de cidade-espetáculo quer destruir. Ao mesmo tempo, todos reclamavam do preço do inosso prato de feijão tropeiro, refeição tradicional do estádio. Soubemos então

que, antes da reforma do Mineirão, centenas de carrocinhas ao redor e mesmo dentro dele vendiam o feijão tropeiro em porções generosas, baixo custo e sabor genuíno. E que, somente após muitas reclamações, a iguaria voltou a ser oferecida, pois no Novo Mineirão, o projeto alimentar se restringia às grandes cadeias de *fast food*, afinal, um estádio *world class* não deve se sujeitar à gastronomia popular, nem à informalidade. A pressão dos torcedores vem assim produzindo resultados no rearranjo do estádio: micropoderes em ação.

É interessante registrar que a resistência ao novo modelo realiza-se também fora do calendário futebolístico do estádio, especialmente por grupos ativistas. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, promove intensa campanha contra a privatização e a elitização do Maracanã. “O Maraca é nosso” é entoado nas manifestações, com o sentido de reapropriação popular desse equipamento de uso coletivo que representa um bem simbólico para a identidade do carioca. Percebemos que a Copa do Mundo, ao promover a imposição das novas arenas, realizou, involuntariamente, a aproximação de grupos sociais que até então se mantinham relativamente distantes, ou com vínculos tênues: o torcedor e o militante de esquerda. O ativismo social, que historicamente pleiteia uma cidade mais justa e mais democrática, por meio de diversas correntes político-ideológicas, só incorporou o estádio de futebol em sua agenda quando este se tornou alvo de uma reforma que representa, no fundo, um movimento mais amplo de afirmação de uma cidade mais desigual, onde se privilegiam os espaços de consumo exclusivo e se segregam aqueles que não podem pagar para ter acesso a bens e serviços tradicionalmente componentes do cotidiano popular da cidade, sua cultura e sua identidade. O movimento social em questão manifesta-se contrariamente à privatização do estádio, entendendo tal operação como a entrega de um patrimônio sociocultural à lógica estreita e implacável do mercado. Neste sentido, recorremos às reflexões de Ana Fani Carlos (2010, p. 187), quando enfatiza que a afirmação da lógica do mercado tem como consequência:

[...] o empobrecimento, o esvaziamento dos espaços públicos, a normatização dos momentos do lazer e do ócio. A propriedade privada se impõe como potência estranha, redefinindo,

constantemente, a realização da vida, delimitando-a e normatizando-a [...]. Trata-se do momento histórico que determina a produção da cidade, no qual o uso é subsumido pelo valor de troca; momento em que o planejamento produz a cidade enquanto espaço funcionalizado. Ora, quanto mais funcionalizado e organizado é o espaço, menos ele se presta ao uso [...].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção capitalista do espaço é a produção das condições espaciais – uma organização do espaço – de acumulação do capital (HARVEY, 2004, p.80-1). Vislumbramos, assim, o novo modelo de estádio como expressão particular – pois diretamente ligada à determinada forma específica de acumulação – dessa produção capitalista do espaço. Mas, como sugere Ana Fani Carlos, o estudo do cotidiano nos permite ir além do econômico, sem excluí-lo, deixando assim aflorar as contradições da produção do espaço urbano. É neste sentido que podemos perceber serem os usos do estádio e os conflitos decorrentes da imposição de nova “ordem microterritorial”, num sentido mais amplo, a expressão da busca pelo direito à cidade.

A reforma e a privatização dos estádios são, no plano oficial, apenas um dos aspectos do amplo movimento de intervenções territoriais – reforma de aeroportos, criação de linhas metroviárias, vias rodoviárias, remoção de comunidades etc. – que representa a produção da Copa 2014. Atualmente, muitos pesquisadores no Brasil, oriundos de diferentes campos acadêmicos – geógrafos, sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos, profissionais do Direito, da Comunicação Social e da Educação Física, entre outros –, dedicam-se ao estudo dos impactos desse megaevento em cada uma das doze cidades envolvidas. Muito poucos, porém, investigam a transformação dos estádios, e quando o fazem, trazem esquemas explicativos fundados, sobretudo, nos processos culturais associados às novas formas de consumo do futebol, quando não trilham o caminho de defesa dos modelos de gerenciamento privado da indústria do entretenimento. Acreditamos que este artigo inova ao propor a problematização dos novos estádios

a partir de uma leitura abrangente da produção do espaço urbano, bem como, em segundo plano, a verificação de determinadas dinâmicas microterritoriais em jogo.

Entendemos que os estádios são memória acumulada, vivida coletivamente. Gigantescos templos de concreto, nos quais Freud já havia detectado uma dimensão “sagrada”: o formato “circular” das grandes arenas evocaria o eterno retorno dos tempos, exercício facilmente associado ao ciclo das temporadas esportivas (MORRIS, 1981). Meca de cânticos profanos, ao ingressar nesse recinto, o indivíduo vivencia a suspensão do tempo externo. Presente na Antiguidade, como o Coliseu romano, espaço de grandes rituais de afirmação do poder político, o estádio materializa e espacializa a festa. Estamos, pois, diante de um equipamento de uso coletivo muito especial, ou pelo menos muito específico, que guarda uma longa trajetória na produção do urbano e assume, em nossos dias, um lugar de certa relevância na reprodução social. O processo de transformação a que estão sendo submetidos os estádios, orientado por agentes globais e conduzido por atores hegemônicos locais, precisa ser estudado também sob a perspectiva do território, do uso e das microterritorialidades que neles se realizam, engendrando cenários de conflitos e resistências.

O estádio é essencialmente espaço político. O torcedor ali expressa não apenas sua paixão, mas também suas reivindicações diante da gestão do clube, bem como levanta bandeiras e manifesta suas opiniões sobre questões sociais. O poder estatal também se apropria daquele espaço: podemos citar o uso constante do Estádio de São Januário, pelo Estado Novo, ou a presença habitual do presidente Médici na tribuna do Maracanã. No lado oposto, um dos casos mais notórios é o estádio Camp Nou, em Barcelona, o qual, durante a era franquista, foi forjado pelos catalães como o único espaço possível para expressar sua língua e protestar contra o regime.

Segundo Carlos (2010, p. 181), devemos

[...] pensar a cidade enquanto prática sócio-espacial. Essa prática é vivida concretamente pelos cidadãos como espaços-tempo de suas ações cotidianas, a partir de suas necessidades e desejos reais, que se contrapõem às necessidades da reprodução econômica e política – o que significa entender a cidade enquanto apropriação e uso (nesta dimensão

essencial e produto da realização da vida), em confronto com a tendência que a reproduz sob a égide do valor de troca.

O processo que aqui estudamos expressa a imposição da lógica “eficiente” da gestão empresarial sobre as cidades, consideradas pelo pensamento neoliberal como espaços potencialmente perigosos, que oferecem riscos indesejáveis ao necessário ambiente de negócios. Nesse sentido, as intervenções emblemáticas buscam instaurar o controle e a ordem contra o caos iminente. Sabemos quanto a dinâmica de apropriação popular dos estádios “fordistas” de certa forma excluía segmentos sociais interessados no futebol, que alimentavam, todavia, certa topofobia, tomando tais espaços como lugares violentos e machistas, razão pela qual não podemos ser nostálgicos: o ambiente reinante em dias de confronto de grandes rivalidades clubísticas era hostil para mulheres, idosos e crianças. Mas o novo modelo que se impõe, sem diálogo, não deixa de engendrar novos – e mais abrangentes – mecanismos de exclusão. Ademais, o velho estádio, por sua própria arquitetura simplificada, permitia liberdade muito maior de apropriação, bem como a movimentação dos coletivos de torcedores. O atual modelo é nitidamente cerceador, tendendo, segundo Bale (1998), a assemelhar-se aos espaços carcerários, contra o qual, conforme argumentamos aqui, alguns torcedores promovem táticas de subversão.

Mesmo não se referindo diretamente a essas arenas, Barbosa (2006, p. 142) nos ajuda a pensar a possibilidade de “virar esse jogo”, no sentido da reafirmação de uma territorialidade popular:

Se os lugares são componentes estratégicos do instrumental urbanístico em vigor, também são as expressões das resistências, dos conflitos e das tendências manifestas do real. Nos lugares, os corpos ganham fala e movimento; é deles o pedaço porque é o tempo do vivido. O conteúdo da apropriação e uso do espaço tem um sentido corpóreo, fazendo dos lugares mundos preenchidos por locuções, gestos, convivências.

Lugar do vivido, preenchido por paixões e locuções, o estádio não se cala. E assim o jogo continua, na disputa pelo sentido do estádio, que sinaliza, de alguma forma, a luta pelo sentido da cidade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 11-73.
- BALE, John. *Landscapes of Modern Sports*. Leicester: Leicester University Press (UK), 1994.
- _____. *Sport, Space and the City*. New York: Routledge, 1993.
- _____. *Virtual fandoms: “futurescapes” of football*. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, n. 10, 1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd10/jbale.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- BARTH, Gunther. *City People: the rise of modern city culture in nineteenth century America*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine; GIGLIA, Angela. Vers la ville insulaire; Tendences globales, effets locaux. (editorial). *Espaces et Sociétés*, Paris, v. 150, n. 3, p. 7-14, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- BROMBERGER, Christian. El hinchismo como espectáculo total: una puesta en escena codificada y paródica. *Lecturas: Revista Digital*, Buenos Aires, a. 7, n. 36, 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd36/ident.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Sobre a gestão democrática da cidade: questões para o debate. *GeoTextos*, Salvador, v. 6, n.1, p. 179-189, 2010.
- _____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DAMO, Arley Sander. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*; São Paulo: Hucitec e ANPOCS, 2007.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2 ed., 1996 [1990].
- DEMANGEON, Albert. *L'Empire Britannique: étude de géographie coloniale*. Paris: Librairie Armand Colin, 1938.

DUNNING, Eric; SHEARD, Kenneth. *Barbarians, Gentlemen and Players*. Oxford: Martin Robertson, 1979.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Quest of excitement: sport and leisure in civilizing process*. Oxford: Blackwell, 1985.

FERREIRA, Fernando da Costa. *O bairro Vasco da Gama: um novo bairro, uma nova identidade?* 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GAFFNEY, Christopher. *Temples of earthbound gods: stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Austin: University of Texas Press, 2008.

GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar. The soccer stadium as a disciplinary space. *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 1-16, nov.2005-fev. 2006.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao Sol e à Sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: editions Amsterdam, 2011.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban Fortunes: The political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press, 1990.

HORNBY, Nick. *Febre de Bola*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.

MASCARENHAS, Gilmar. *A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul*. 2001. 289f. Tese (Doutorado em

Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre (RS). *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p. 144-152, 1999.

_____. Semeando no deserto: a cidade e o futebol em Pierre Monbeig. I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, vol. 1. *Anais...* Rio Claro: UNESP, 1999. p. 53-60.

MASCARENHAS, Gilmar; RAVENEL, Loïc; HELLEUE, Bóris. Metropolização e futebol. In: SILVA, Catia A.; LOUREIRO, Anita. RIBEIRO, Ana Clara T.. (Org.). *Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p. 72-87.

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. Adeus ao proletariado? :A dimensão simbólica do estádio da cidadania (Volta Redonda RJ / Brasil). *Lecturas Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v. 101, p. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd101/estadio.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

MASON, Tony. *Association Football and English Society (1863-1915)*. Brighton: The Harvester Press, 1980.

MONBEIG, Pierre. Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo. *Boletim Geográfico*, v. 12, n. 119, p. 139-153, 1954.

_____. O estudo geográfico das cidades. *Boletim Geográfico*, v. 1, n. 7, p.7-29, 1943. Publicado originalmente em 1941, na Revista do Arquivo municipal de São Paulo.

MORRIS, Desmond. *The Soccer Tribe*. London: Cape. 1981.

MURRAY, Bill. *Football: a history of the world game*. Aldershot Hants: Scolar Press, 1994, 297p.

_____. *Uma história do futebol*. São Paulo: Hedra, 2000.

ROSENFELD, Anatol. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo: EDUSP/Unicamp/Perspectiva, Coleção Debates vol. 258, 1993.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, Rio de Janeiro, n. 1, p.115-132, 1999.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aaurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p .57-72

_____. *A prisão e a ágora*. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TSOUKALA, Anastassia. Dispositifs de securité contre le hooliganisme et droits des supporters en Europe. In: BUSSET, Thomas; JACCOUD, Christopher; DUBEY, Jean-Philippe; MALATESTA, Dominique. (org.) *Le football à l'épreuve de la violence et de l'extrémisme*. Lausanne: Antipodes, 2008. p. 189-197.

Enviado em: 12/10/2013

Aceito em: 25/11/2013